



CLIPPING



12 e 13 de
Março
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> MACHISMO COMBATE

O Ministério Público do Pará ingressou com ação civil pública contra o prefeito de Itaituba, Valmir Climaco, pelas declarações machistas feitas durante uma festa no município. As declarações foram filmadas, viralizaram nas redes sociais e o caso ganhou repercussão nacional. Na ação, os promotores de Justiça Ocivalva de Souza Farias Tabosa e Nadilson Portilho Gomes pedem liminar para bloqueio de bens do gestor até o limite de R\$ 200 mil. Se condenado, Climaco terá que destinar esse valor para o financiamento de campanhas nacionais e regionais de prevenção à violência sexual contra as mulheres.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ESTADO JÁ
REGISTRA
MAIS DE 18 MIL
OCORRÊNCIAS

HISTÓRICO - Na comparação com 2021 e 2020 houve redução de casos, mas números ainda preocupam

ANA LAURA CARVALHO
Da Redação

Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) revelam que somente em janeiro e fevereiro deste ano o Pará registrou 18.428 ocorrências de violência contra a mulher de natureza física, psicológica e sexual. Em relação ao mesmo período de 2021, quando foram contabilizados 19.949 casos, houve redução de 7,6%, além de queda de 17,7% em relação a 2020, quando houve 21.608 registros no mesmo período. A Segup explicou que não produz ranking de delitos e cidades para não estigmatizar os municípios, população ou grupos.

Apesar das quedas observadas, os números continuam chamando atenção e geram preocupação. Presidente da Comissão das Mulheres e Advogadas (CMA) da Ordem dos Advogados do Brasil - seção Pará (OAB-PA), a advogada Gabrielle Maués aponta que os companheiros, namorados, maridos e exs estão entre os principais agressores. "Infelizmente, os dados mostram que o lar é o local mais inseguro para as mulheres: 48,8% das mulheres sofreram violência dentro de suas casas, contra 19,9% nas ruas em 2021, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública", acrescenta Gabrielle.

Para a advogada, a questão da violência contra a mulher é multifatorial e estrutural, perpassa pela cultura, instituições e famílias. A complexidade dessa violência, segundo a advogada, não pode ser solucionada somente com legislação, pois apenas a atuação normativa não é suficiente para resolver os fundamentos estruturais da violência, tais como as questões inter-

seccionais de gênero.

DENÚNCIA

A presidente da CMA ressalta a importância de formalizar a denúncia nas delegacias da mulher; no Ministério Público; à Polícia Militar (190), em caso de urgência, podendo a denúncia ser feita, inclusive, por terceiros; ao Ligue 180, para situações não emergenciais; e nos cartórios, por meio da campanha Sinal Vermelho, lançada em 2021.

É a partir da formalização da denúncia que podem ser concedidas medidas protetivas de vários tipos, esclarece Gabrielle Maués. "Medidas essas que podem ser de afastamento do lar, mulher e de seus filhos, de suspensão do porte de armas. Há inclusive medidas relacionadas à separação de corpos e suspensão de procuração concedida ao agressor".

O Pará registrou aumento de 35% nos pedidos de medida protetiva em 2021 em relação ao ano anterior. De 26,3 mil denúncias de violência doméstica no Estado no ano passado, 17 mil são vítimas que entram com pedidos de medidas protetivas de urgência. Segundo dados do Ministério Público do Pará (MPPA), foram registrados 11.076 protocolos para medidas protetivas a mulheres vítimas de violência doméstica em 2020 - no ano seguinte foram 17.093. Em 2022, já são contabilizados 2.461 pedidos de proteção.

Por meio da Comissão das Mulheres e Advogadas, a OAB-PA faz campanhas educativas e informativas, além de palestras em escolas e associações comunitárias. Há, ainda, o e-mail violenciadomestica@oabpa.org.br, que funciona como canal de orientação às mulheres em situação de violência doméstica.



Infelizmente, os dados mostram que o lar é o local mais inseguro para as mulheres."

Gabrielle Maués
Advogada

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**Bernardino Santos**

bernardino.liberal@gmail.com

NOBRE E LEAL

Jurista, professor e desembargador aposentado, Milton Nobre ornamentou com fotografias de grandes dimensões as salas de Nobre & Silva - Advogados Associados, para assinalar os 51 anos do escritório. Assina as fotos José Maria Leal Paes, jornalista, escritor, poeta e, pelo visto, agora também fotógrafo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MACONHA EM CASA DETIDA COM 11 TROUXAS

Cleide Bandeira dos Santos foi detida por policiais militares na cidade de Soure, na Ilha do Marajó, depois de uma abordagem

TRÁFICO DE DROGAS

JR Avelar

Uma ronda do Grupamento Tático Operacional do 8º Batalhão do Marajó, na viatura 9802, com o sargento Azevedo e soldados Braga e Rui Neto, em rondas pela travessa 17, entre 13ª e 14ª ruas, da cidade de Soure, após levantamento realizado, se depa-rou com uma situação suspeita. Uma mulher acabou presa.

No endereço que vinha sendo levantado pelo serviço de inteligência, em uma residência no local, estava acontecendo um esquema de comercialização de entorpecentes praticado por uma mulher identificada como Cleide Bandeira dos Santos.

Os militares do Grupamento Tático Operacional fizeram o cerco no local, onde foram apreendidas 11 trouxas peque-

nas e na residência uma trouxa maior de maconha, além de três páginas de contabilidade do tráfico com anotações sobre dividas e venda do produto ilícito.

Cleide Bandeira dos Santos recebeu voz de prisão imediatamente, sendo conduzida e apresentada na delegacia de Polícia Civil de Soure para responder pelo crime de tráfico de drogas.

FISCALIZAÇÃO

Em continuidade ao combate ao crime de abigeato, que consiste no roubo e furto de gado bovino e bubalino, a guarnição do GTI, juntamente com uma fiscal da Adepará, abordou a balsa São Joaquim, que transportava animais bovinos com destino a Belém.

Depois de fazer toda a averiguação de documentação juntamente ao órgão fiscalizador, não foi detectado nenhuma irregularidade quanto ao transporte e documentação sendo o transporte liberado.



Várias anotações foram encontradas com a criminosa. Pelo conteúdo, a polícia acredita que sejam nomes de viciados
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ATACOU PORTADOR DE NECESSIDADES E FOI PRESO TENTATIVA DE HOMICÍDIO

Após denúncia anônima, Zizuel Macedo de Oliveira, que havia agredido e ameaçado Ivan Gomes Coutinho, foi preso por uma guarnição da PM que atendeu a ocorrência, no município de Muaná, na Ilha do Marajó



ENCARCERADO

JR Avelar

OSOS veio de uma ilha distante quarenta minutos de lancha, conhecida como São Francisco do Jararaca, no município de Muaná, na Ilha do Marajó, para o canal do Disque-Denúncia da Polícia Militar.

Com o número de protocolo 1448919, o major Kojak, comandante da 20ª Companhia Integrada da Polícia Militar, determinou ao tenente Matos, cabo Gleidson e soldados Brasil e F. Fagundes que se deslocassem na lancha G09 para atender ao pedido de socorro.

A denúncia apontava que na comunidade de São Francisco do Jararaca, um homem identificado como Zizuel Macedo de Oliveira havia agredido e ameaçado, com emprego de arma de fogo, Ivan Gomes Coutinho que é portador de necessidades especiais.

O fato criminoso aconteceu às margens do rio Campupema, próximo à vila do Jararaca, onde o suspeito estaria na posse de uma arma de fogo.

De imediato foi realizado levantamento de informações do local, vindo a ser montada a “Operação Impacto Paz nos Rios”. Depois de fazer um cerco em área de mata e lama, os policiais militares lograram êxito na captura do agressor.

FLAGRANTE

Com Zizuel Macedo de Oliveira foi apreendido um armamento calibre 36 do tipo cartucheira, com cinco cartuchos muniçados, um cartucho vazio, um tubo de chumbo e um tubo de pólvora, usados para munição cartucho.

Preso em flagrante, o homem juntamente com o armamento e as munições foram conduzidos e apresentados ao delegado de plantão em Muaná para responder pelo crime de ameaça e posse ilegal de arma e munições.



O criminoso foi levado para a delegacia local com a arma usada no ato violento, de calibre 36, além de munições

FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A empresa Consulplan Consultoria e Planejamento em Administração venceu a licitação para realização do concurso público para servidores do Ministério Público do Estado. Ao todo, serão 74 vagas para os cargos de nível médio e superior.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS
LUIZ FLÁVIO

MEDALHA CONCEDIDA PELO TJPA HOMENAGEIA 13 MULHERES DE DESTAQUE

O TJPA homenageou, dia 8, 13 mulheres com a Medalha Desembargadora Lydia Dias Fernandes no Dia Internacional da Mulher. A honraria preserva, na memória do judiciário paraense as mulheres por suas contribuições em diversas áreas de atuação. A medalha faz reverência à desembargadora Lydia Dias Fernandes, primeira mulher a presidir um Tribunal de Justiça no Poder Judiciário nacional,



rompendo paradigmas com sua atuação honrada no desempenho da chefia do TJPA. A desembargadora presidente Célia Regina Pinheiro citou a luta histórica

das mulheres pela equiparação e direitos e a primeira-dama do Estado, Daniela Barbalho ressaltou o valor do empoderamento da mulher e a luta pela igualdade de direitos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Tribunais firmam cooperação para capacitação e servidores

O TRE do PA, o TCM-PA, o TCE-PA, o TJPA e o TRT8 assinaram essa semana um Termo de Cooperação Técnica visando à troca de conhecimentos, compartilhamento de custos relacionados às ações de capacitação de servidores que sejam de comum interesse, e compartilhamento de aspectos logísticos (prédios e outros que se fizerem necessários), mediante a manifestação de intenção e o efetivo registro em processos administrativos a serem tramitados no âmbito de cada órgão.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OAB-PA realiza 1ª “Blitz de Prerrogativas” no triênio 2022-2024

A OAB-PA realizou na última quarta-feira no Fórum Cível da capital a 1ª “Blitz de Prerrogativas” no triênio 2022-2024, com a participação de diretores e membros da Comissão de Defesa de Direitos e Prerrogativas, Coordenadoria de Prerrogativas da Mulher Advogada, Comissão de Processo Civil e Comissão de Relação com o Poder Judiciário. Os advogados e advogadas estiveram na 1ª, 2ª e 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) Cível, Empresarial e Previdenciária. O objetivo era dialogar com a advocacia e servidores para discutir alternativas para solucionar problemas.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



ESPERANÇA BESSA
esperanca.bessa@gmail.com

MEDALHA PARA ELAS

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) concedeu, no Dia Internacional da Mulher, a Medalha Desembargadora Lydya Dias Fernandes a 13 personalidades femininas, em cerimônia híbrida realizada no Plenário Desembargador Osvaldo Pojucan Tavares e liderada pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima

Pinheiro. A medalha tem como missão homenagear e preservar, na memória do Poder Judiciário paraense, as mulheres que sejam merecedoras do reconhecimento por suas contribuições em diversas áreas. O nome da medalha, inclusive, não poderia ser mais justo: a desembargadora Lydya Dias Fernandes foi a primeira mulher a presidir

um Tribunal de Justiça no Poder Judiciário nacional (1979-1981), tornando-se um símbolo histórico das conquistas femininas em variados segmentos, tendo rompido paradigmas com sua atuação honrada durante a presidência do TJPA.

Em seu pronunciamento, a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro revelou que a data escolhida para a primeira

outorga da medalha simboliza a luta histórica das mulheres pela equiparação de direitos, e ressaltou que é preciso ir além. "Somos maioria entre os eleitores, porém uma pequena parcela entre os cargos de representação", destacou.

Em nome das homenageadas, a primeira-dama do Estado, Daniela Barbalho, também falou que o espaço da mulher no mundo e na sociedade deve ser sempre pauta de discussões, e afirmou que não se pode

abrir mão da igualdade e do respeito devido às mulheres. "Apesar dos desafios, estamos ocupando espaços e avançando cada dia mais", ressaltou.

Como prova disso, Daniela citou que, pela primeira vez, mulheres presidem simultaneamente no estado diversos tribunais, como o Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Tribunal de Contas dos Municípios do Pará

e o Tribunal de Contas do Estado do Pará, e lembrou que a Assembleia Legislativa do Estado (Alepa) tem importante representatividade feminina. "É com imenso orgulho que represento a todas e me coloco à disposição para fazer valer minha voz e a nossa vez em todas as posições da sociedade. Recebo essa medalha com muito orgulho", concluiu Daniela. Na coluna de hoje, alguns registros da solenidade de outorga da medalha.



Desembargador Ronaldo Valle, vice-presidente do TJPA, a primeira-dama Daniela Barbalho e o governador Helder Barbalho



Daniela Barbalho discursando em nome das homenageadas



A presidente do TCE-PA, conselheira Lourdes Lima, recebendo a medalha das mãos da presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina Pinheiro



Conselheira Lourdes Lima (TCE-PA), desembargadora Graziela Leite Colares (TRT 8ª Região), primeira-dama Daniella Barbalho, desembargadora Célia Regina Pinheiro (TJPA) e a conselheira Mara Lúcia Barbalho (TCMPA)



As homenageadas com a medalha ladeadas por autoridades do Judiciário paraense

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CAPTURADO APÓS POSTAGEM EM REDE SOCIAL FOI SE EXIBIR E DANÇOU

Antonio Taylon da Costa Oliveira postou uma foto armado na internet. A Polícia Civil de Bonito, nordeste do Estado, ligou o alerta e saiu em busca do criminoso, que acabou encontrado e colocado atrás das grades



Arma de fogo, munições e dinheiro foram apreendidos pelos policiais durante a ação
FOTOS: DIVULGAÇÃO

SEGURANÇA PÚBLICA

JR Avelar

O delegado Augusto da Silva Leme e o escrivão Rodrigo, da delegacia de Polícia Civil da cidade de Bonito, nordeste paraense, conseguiram desativar uma "torre" de uma famigerada facção criminosa, ao prender Antonio Taylon da Costa Oliveira, na última quinta-feira (10).

Isso foi possível graças ao trabalho de investigação sobre um esquema de tráfico de drogas que culminou com a prisão do investigado que ainda estava na posse ilegal de uma arma de fogo.

O trabalho de investigação com o foco voltado a Antonio Taylon da Costa Oliveira começou depois que a Polícia Civil de Bonito recebeu informações de que ele andava armado protegendo sua "boca de fumo", sendo considerado de extrema periculosidade.

A divulgação em uma rede social de Antonio Taylon da Costa Oliveira portando uma arma de fogo acendeu uma luz vermelha na Polícia Civil, que o prendeu.

Ao verificar seus antecedentes criminais, a Polícia Civil encontrou históricos de que o preso já respondeu pelos crimes de roubo e tentativa de homicídio qualificado. Ele foi autuado em flagrante e já se encontra à disposição do Poder Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**DOMINGO**

**PRESO APÓS PUBLICAR FOTO
NA INTERNET COM REVÓLVER.
PÁGINA 2**

Diário do Pará

POLÍCIA

PEGO COM ARMAS E MUNIÇÕES DETIDO POR PORTE ILEGAL

COMBATE AO CRIME

J R Avelar

Durante a Operação Impacto, sob o comando do coronel Josimar Leão e do tenente-coronel Vicente Neto, nas viaturas 9500, 9501 e 0804, com apoio do serviço de motopatrulhamento, a Polícia Militar se deslocou para o município de Salvaterra com a missão de fazer uma série de abordagens a pessoas e veículos suspeitos, a fim de coibir diversos crimes nos bairros da cidade marajoara.

Com a operação em andamento, os comandantes receberam denúncia por escrito de moradores da comunidade de Boa Vista, acerca de um suspeito de praticar o crime de abigeato, que é o furto de animais na região do Marajó Oriental.

A denúncia apontava que o suspeito, até então conhecido apenas como "Sidney", estaria em um sítio na vila São Benedito e que guardava armas de fogo que eram usadas na prática do crime de abigeato.

Após levantamento feito do local, as equipes se deslocaram até a vila São Benedito e ao chegar lá encontraram o denunciado, Sidney Alves de Sousa, 42, que foi certificado da denúncia e não restou a ele alternativa senão entregar o local onde estava escondido o armamento.

APREENSÕES

Segundo o coronel Josimar Leão, foram apreendidas duas armas de fogo de fabricação caseira tipo espingarda calibre 28, duas armas de fogo industriais, sendo um revólver calibre 22 da marca Rossi, e uma espingarda calibre 22, além de um simulacro de pistola, 18 munições calibre 22 e um estojo calibre 28.

Sidney Alves de Sousa, juntamente com todo o material apreendido, foi conduzido e apresentado na delegacia de Polícia Civil de Salvaterra para os devidos procedimentos em conformidade com a lei, em tese pelo crime de posse ilegal de arma de fogo. O criminoso já está à disposição do Poder Judiciário paraense e aguarda os próximos capítulos.



As armas seriam usadas por Sidney Alves de Souza para roubar animais na cidade de Salvaterra, na Ilha do Marajó
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foco
Por Alda Dantas e Carmen Peixoto



A primeira-dama Daniela Barbalho recebeu a Medalha Desembargadora Lydia Dias Fernandes, outorgada pelo Tribunal de Justiça, em solenidade alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Nas fotos, com o governador Helder Barbalho e com a presidente da Corte, a desembargadora Celia Regina Pinheiro

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

MP requer condenação de prefeito de Itaituba por ofensa às mulheres em uma festa

Justiça pediu o bloqueio de R\$200 mil da conta do gestor para pagamento de indenização

Andria Almeida

11.03.22 16h20



A imagem mostra o prefeito de Itaituba (Redes sociais do prefeito)

O Ministério Público do Estado do Pará ajuizou Ação Civil Pública contra o **prefeito de Itaituba, Valmir Clímaco de Aguiar**, pelas **falas de cunho depreciativo contra as mulheres** que estavam em uma festa, a cena foi filmada e divulgada nas redes sociais na noite de sábado, 5 de março.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Para o MP a postura de Clímaco não condiz com a de um gestor municipal. A promotoria requer **condenação por danos morais e materiais, por danos morais coletivos e danos sociais**. A ação foi ajuizada pelos promotores de Justiça Ocivalva de Souza Farias Tabosa e Nadilson Portilho Gomes.

Na ação, a Promotoria de Itaituba requer, liminarmente, o **bloqueio de bens do prefeito no valor de R\$ 200 mil**, e que o gestor seja **condenado ao pagamento de indenização** por danos morais e materiais a todas as vítimas que comprovarem ter sofrido abalos emocionais, relacionados às declarações do demandado.

O documento pede que a indenização seja revertida a um fundo específico, indicado oportunamente pelo Ministério Público do Estado no curso do processo, para posterior destinação a projetos locais, regionais e nacionais de **prevenção à violência sexual contra mulheres**, bem como à **proteção e amparo a vítimas** desse tipo de agressão.

Sobre o caso

O prefeito participou de uma **festa** que ocorreu no sábado, 5 de março, no Município de Itaituba. Na ocasião, o gestor fez **declarações depreciativas**, chegando a apontar para algumas mulheres presentes. Além das declarações, o **prefeito tirou a sua camisa**, enquanto estava no palco, interagindo com o público no evento. O momento foi registrado por pessoas que estavam presentes na festa e viralizaram nas redes sociais. O MP afirma que as **declarações atingiram inúmeras pessoas**, sobretudo pela circulação da notícia após os fatos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ação aponta que houve sexismo expresso no conteúdo das palavras do prefeito. “O sexismo está fundado na crença de que um sexo – o masculino, no caso das sociedades patriarcais – é superior ou mais valioso”.

Procurada pela redação de OLiberal.com a assessoria disse que não vai emitir posicionamento sobre o assunto

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Audiência Pública

12 MAR 2022 - 09H00 ATUALIZADO 11 MAR 2022 - 17H58

O Ministério Público do Pará (MPPA) realiza no dia 15 de março, às 14h, a Audiência Pública "Boas práticas na venda/exposição de produtos/alimentos destinados ao consumo nas Feiras Livres de Belém" com o objetivo de discutir acerca do cumprimento das boas práticas que garantam as condições higiênico-sanitárias na venda e exposição de produtos/alimentos destinados ao consumo humano, tendo em vista a necessidade de garantir os direitos dos consumidores.

MP discute violação dos direitos dos animais no Pará

13 MAR 2022 - 10H00 ATUALIZADO 13 MAR 2022 - 10H00



Crédito: Reprodução/Ascom MPPA

Na manhã desta sexta-feira, 11 de março, o Ministério Público do Pará (MPPA), através do Centro de Apoio Operacional Ambiental, recebeu representantes da sociedade civil que vieram expor e requerer medidas urgentes sobre violações de direitos animais, denunciadas pelos moradores do município de Ourilândia do Norte. A reunião foi presidida pelas promotoras de Justiça Albely Lobato (coordenadora do CAO Ambiental) e Maria José Carvalho (Auxiliar do CAO Ambiental).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Informações que chegaram ao conhecimento do Ministério Público, vindas da população, afirmam que os animais estão vivendo situações insalubres na Unidade de Controle de Zoonoses Municipal, que se encontra em situação deplorável, segundo os moradores, com fezes e corpos de animais sacrificados em decomposição espalhados pelo local, falta de alimentação regular e omissão de atendimento à animais necessitados, mesmo já estando internados no local.

Os moradores ainda afirmam que não há qualquer servidor atuando na unidade aos finais de semana, além do descontrole sobre as doenças que os animais possuem, estando todos em contato no mesmo ambiente, bem como a prática de eutanásia de forma generalizada, ação confirmada nas próprias redes sociais oficiais do Prefeito.

Diante das graves situações apontadas, o MPPA, reuniu com os representantes da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB, advogados Albeniz da Silva Neto e Wellington Santos e o Deputado Estadual Miro Sanova, que veio acompanhado da assessora parlamentar Ana Carla Villanueva, para verificar as ações cabíveis para solucionar essa situação, de modo a obedecer a legislação constitucional e infraconstitucional, no que diz respeito aos direitos dos animais.

Na ocasião também foi solicitada a criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional, com a inclusão da Assembleia Legislativa do Estado, para verificar e agir sobre a ausência de políticas públicas visando a defesa do direito animal no estado, cuja violação configura crime ambiental.

Ao final do encontro, foi definida uma nova reunião, dia 4 de abril, para discutir especificamente a criação do GT Interinstitucional, bem como foi realizado o encaminhamento do caso para a Promotoria de Justiça responsável pelo município de Ourilândia do Norte, para adoção das medidas legais cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após a reunião, os participantes foram ao hall de entrada do prédio-sede do Ministério Público do Estado, onde foram recebidas as doações de rações para animais e montada a exposição "Maus Tratos Não!". A exposição ficará aberta ao público no período de 14 a 17 de março, e integra o projeto desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional Ambiental, dentro do Grupo de Trabalho de Direito Animal e que busca fomentar a tomada de consciência acerca dos direitos dos animais, em específico os animais domésticos.

Com informações Ascom MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Promotoria pede bloqueio de bens do prefeito por ofensas às mulheres em festa em Itaituba

11 MAR 2022 - 16H54 ATUALIZADO 11 MAR 2022 - 17H52 POR SUELLEN NUNES



Crédito: Reprodução/Redes Sociais/WhatsApp

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio dos promotores de Justiça Ocirvalva de Souza Farias Tabosa e Nadilson Portilho Gomes, ajuizou Ação Civil Pública em desfavor do prefeito de Itaituba, Valmir Climaco de Aguiar, em decorrência do gestor ter realizado declarações ofensivas ao se referir às mulheres que se encontravam em uma festa e às mulheres que residem na cidade, durante um evento em uma casa de show, na noite do último sábado, 5 de março.

Na ação, a Promotoria de Itaituba requer, liminarmente, o bloqueio de bens do prefeito no valor de R\$ 200 mil, e que o gestor seja condenado ao pagamento de indenização por danos morais e materiais a todas as vítimas que

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

comprovarem ter sofrido abalos emocionais, relacionados as declarações do demandado.

Requer também a condenação do prefeito ao pagamento de indenização por danos morais coletivos e danos sociais, no valor de R\$ 200 mil a serem revertidos a um fundo específico, indicado oportunamente pelo Ministério Público do Estado no curso do processo, para posterior destinação a projetos locais, regionais e nacionais de prevenção à violência sexual contra mulheres, bem como à proteção e amparo a vítimas desse tipo de agressão.

O caso

Segundo divulgado nas mídias sociais, a festa ocorreu no sábado, 5 de março, no Município de Itaituba, onde o prefeito fez declarações sexistas durante a festa, chegando a apontar para algumas mulheres presentes. Além das declarações, é possível verificar, por meio de vídeos que estão circulando nas redes sociais, o prefeito tirando a sua camisa, enquanto estava no palco, e interagindo com o público presente no evento. As declarações atingiram inúmeras pessoas, sobretudo pela circulação da notícia após os fatos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br